

A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE O DESENVOLVIMENTO: DA QUESTÃO AMBIENTAL À GEOPO LÍTICA

Lúcio Flávio Marini Adorno*

INTRODUÇÃO

A apresentação deste texto vem no sentido de contribuir para uma análise e discussão acerca dos cenários de realização da Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre as condições sócio-ambientais do mundo em meio aos modelos de desenvolvimento empregados pelos seus países, face aos interesses de seus governos atrelados aos seus objetivos econômicos e de dominação. Sem nenhuma pretensão de concluir o assunto, pretende-se justamente fomentar uma avaliação multissetorial e multidisciplinar sobre a relação abordada.

ORGANIZAÇÃO POPULAR: O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Nos idos da década de setenta, quando os deputados ecologistas da Alemanha faziam os seus insólitos protestos, quer contra a poluição ambiental do seu país, quer contra os responsáveis por tais ações, ou anteriormente ainda quando manifestantes sentavam em frente às bases militares para protestarem contra as armas atômicas, o mundo ficava perplexo dizendo serem tais atos ecoxiitas, de hippies, coisas de quem não tinha o que fazer.

Não que se queira considerar tais ações impulsivas a fórmula correta e muito menos, eficaz, para se solucionar problemas ambientais que no cerne da questão se constituíam principalmente numa questão

Geógrafo e Mestrando em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

militar. O que podemos analisar é que neste momento histórico-social-cultural se estabeleciam os imaturos passos para uma organização social contemporânea de um movimento popular, preocupado com o nível de poluição e degradação ecológica do planeta, principalmente com maiores manifestações na Europa.

Por sinal, esse momento histórico-sócio-político era constituído por grandes ditaduras nos então dois principais blocos do mundo: o bloco capitalista, liderado pelos E.U.A. e calçado pela ditaduras militares dos chamados países do Terceiro Mundo, e por outro lado o bloco socialista liderado pela U.R.S.S., alicerçado também pelas ditaduras militares dos países socialistas. Neste cenário mundial vivia-se ainda em alguns países subdesenvolvidos uma euforia desenvolvimentista, como no caso principalmente do Brasil, criando-se mesmo slogans ufanistas utópicos que na sua essência constituíam-se numa tentativa de dominação ideológica, assim como o "slogan" - em vias de desenvolvimento.

Contraopondo-se a esta euforia latente, surgia a crise do petróleo, o endividamento e a ascensão do processo inflacionário, pondo em xeque a economia dos países capitalistas do Terceiro Mundo, principalmente da América Latina.

Em meio a tal quadro mundial, a ONU reúne a comunidade científica e política dos seus países numa conferência em 1972, em Estocolmo, para discutir e propor medidas de uso e gerenciamento dos recursos naturais e de despoluição.

O posicionamento dos países frente às degradações ambientais antrópicas, os grandes desmatamentos, as crescentes queimadas, as poluições industriais era bem definido: os países ricos e industrializados fazendo o discurso de proteção e preservação das florestas tropicais, sem partir para ações concretas visando adotar medidas anti-poluentes de seus parques industriais, e os países pobres e subdesenvolvidos com suas florestas tropicais, defendendo o seu desenvolvimento a qualquer custo, numa relação de impasse entre o centro - periferia.

Com o final do período ditatorial militar na América do Sul na década de 80, principalmente no que concerne ao Brasil, houve uma abertura política que

propiciou o surgimento de novas manifestações populares e assim também de setores da sociedade.

Quer seja pelas instâncias políticas partidárias, quer seja pelas associações de classes, cresceram e evoluíram as avaliações e críticas quanto ao quadro de crise sócio-econômica brasileira, bem como da qualidade de vida face ao meio ambiente. Concomitantemente em outros países da Europa Ocidental, E.E.A., Canadá, entre outros, os grupos de ecologistas tinham se organizado em estruturas mais arrojadas e até mesmo empresariais, passando por um processo quase que de profissionalização técnica em contrapartida às ações tão somente de protestos da década de setenta. Aliás a própria questão ideológica-conceitual-metodológica sofreu tantas mudanças que até hoje não se tem definições concretas quanto ao posicionamento destas pessoas que se envolvem em ações de cunho ecológico/ambientalista.

Fala-se em ecologistas, ecologistas burgueses, ecologistas socialistas, ecologistas românticos ou utópicos, ecologistas pacifistas, ecologistas xiitas, ambientalistas, ambientalistas holísticos, ecochatos, verdes, vermelhos ou "arco-íris". Mas o que se pode afirmar segundo GOMES (1988:33-54) é que existem três definidas correntes filosóficas e de práxis de vida frente à relação sociedade x natureza: a de cunho romântico que crê que a solução está no apelo à consciência das pessoas, outra que segue uma linha reivindicatória dos órgãos públicos encarregados de zelar pela qualidade ambiental, e finalmente a que caminha pela instância política, no cerne da luta de classes, da relação trabalho x capital e apropriação indevida do meio ambiente.

O movimento ambientalista brasileiro é altamente diversificado, podendo-se afirmar que nele existem todas as correntes ideológicas-filosóficas, com objetivos e metodologias particularizadas, como defender o ar puro, a Floresta Amazônica, a fauna brasileira, a Mata Atlântica, os animais domesticados, a despoluição dos rios, saneamento básico para as populações periféricas, coleta seletiva do lixo urbano, a implantação de parques e reservas ecológicas, a implantação de políticas de proteção, gerenciamento e uso racional dos "recursos naturais",

ou ainda aqueles que se sentem realizados em comprar uma "camiseta ecológica" no magazine mais em moda da cidade, ou um botão que represente ao público em geral que ele é um defensor da ecologia. Pois bem, além do movimento realmente ambientalista ter uma alta rotatividade por parte dos seus membros e ativistas em função de suas mais variadas e antagônicas expectativas frente às ações empreendidas em prol da causa de luta, existem alguns "espertos" que viram um modo de ganhar dinheiro com esta moda, ou seja, inventando moda com estampas "verdes", adesivos, bottons, álbuns fotográficos, cadernos, relógios, óculos, bonés e outros objetos mais tidos como "ecológicos", mas que de ecológico nada tem a ver senão alimentar a "indústria ecológica" de alguns burgueses espertos e oportunistas.

Isto se dá no âmbito mais modesto, porque o jogo maior se dá nas relações internacionais, na essência dos discursos ecológicos dos países que se promulgam preocupados com a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida.

A CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO: QUESTÃO AMBIENTAL OU GEOPOLÍTICA?

Para discorrer sobre tal afirmativa anterior, nada melhor e mais prático que analisar o maior campo de prova dos reais interesses dos grandes grupos econômico-financeiros e seus países, nas atuais discussões sobre a conservação ambiental do planeta, num megaevento a se realizar no Brasil: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD em português ou United Nations Conference on Environment and Development - UNCED. De fato têm-se atribuído outros nomes à conferência, como Conferência Para o Planeta Terra ou Conferência do Rio, e mesmo nomes não oficiais como RIO 92 ou ECO 92, sendo esta a mais comumente usada.

A proposta da Conferência é de estabelecer os alicerces para um engajamento global entre os países subdesenvolvidos (pobres) e os países desenvolvidos (ricos) tendo como prisma as necessidades e os interesses comuns para assegurar o futuro do planeta. Assim, a Conferência tem por discussão os seguintes temas:

- proteção da atmosfera (mudança do clima, destruição da camada de ozônio, poluição atmosférica);
- proteção dos recursos da terra (combate aos desflorestamentos, à degradação do solo, à desertificação e à seca);
- conservação da biodiversidade;
- proteção dos recursos de água potável;
- proteção de oceanos, mares e regiões litorâneas e o uso racional e o desenvolvimento de seus recursos;
- controle ambientalmente seguro da biotecnologia e de resíduos perigosos (inclusive produtos químicos tóxicos);
- prevenção de tráfico ilegal de produtos e resíduos tóxicos;
- melhoramento da qualidade de vida e da saúde humana;
- melhoramento das condições de vida e de trabalho dos pobres pela erradicação da pobreza e a interrupção da degradação ambiental.

A Conferência tem ainda por finalidade analisar os modos de desenvolvimento que causam degradações diretas sobre o meio ambiente, numa interrelação entre o processo de apropriação desigual da natureza e suas ações antrópicas frente a própria exploração do homem pelo homem, ou seja, da relação sociedade de classes x natureza. O produto esperado da Conferência é traçar alguns princípios gerais com a elaboração e adoção dos seguintes instrumentos:

- uma Carta da Terra, ou seja, uma declaração de princípios básicos que devem governar o comportamento econômico e ambiental dos povos e nações para assegurar o "nosso futuro comum";
- um plano de ação, chamado Agenda 21, com metas aceitas universalmente para agir frente a relação entre o meio ambiente e a economia dos países, direcionando para um desenvolvimento não depredatório (ou menos depredatório) para o decorrer do século XXI;
- os meios de realizar as ações previstas na agenda, tornando disponíveis aos países em desenvolvimento (subdesenvolvidos) recursos financeiros adicionais e as tecnologias ambientalmente seguras de que precisem para uma participação plena na cooperação ambiental global e para a integração de considerações ambientais às suas políticas e práticas

de desenvolvimento;

- acordo sobre instituições fortalecidas para a execução dessas medidas;

- convenções sobre mudança climática, diversidade biológica e, talvez, florestas, possam ser negociadas antes da Conferência e assinadas no Brasil.

Para tanto cada país tem que elaborar um relatório sobre o quadro sócio-ambiental de seu território para compor um grande diagnóstico, uma espécie de radiografia sobre as condições do meio ambiente e da qualidade de vida do Planeta Terra.

Entretanto a Conferência é restrita à participação dos líderes de governo, deixando a comunidade civil e acadêmica alijada deste evento no que tange às verdadeiras negociações entre os países, desta forma deixando de lado as chamadas ONGs - Organizações Não Governamentais, como associações e fundações ambientalistas e de classes. Em meio a tal restrição, as ONGs resolveram realizar um evento paralelo de mesmo cunho, sendo que para a preparação do encontro paralelo as entidades civis se uniram e criaram o Fórum de ONGs Brasileiras, ocorrendo assim várias reuniões a nível nacional do Fórum, nas quais são levantados os principais problemas brasileiros e são apontados algumas alternativas de soluções dos mesmos.

Na verdade a ECO 92 já vem acontecendo a partir do momento em ocorrem as reuniões preparatórias dos governos. Eis que é neste momento onde realmente se esboça e se decide em "pacotes" o destino e o futuro da humanidade e do Planeta Terra, "a nova ordem mundial"; é neste momento que se põem sutilmente à mesa os verdadeiros interesses, objetivos e compromissos dos países ricos e pobres, dos governantes e dos governados. A ECO 92 pode se transformar para a história, conforme for manipulada pelos interesses econômicos, num mega-comício de "governantes bonzinhos" e num grande shopping industrial de aparelhos e instrumentos despoluidores. Na verdade só interessaria novamente uma "grande árvore": a que se transforma em papel moeda.

Várias análises e proposituras vêm sendo discutidas sobre um modo de desenvolvimento menos depredatório e menos injusto socialmente, assim como o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento auto-

sustentável. No entanto todo este discurso, por mais que exista um fundamento teórico-científico-filosófico sobre uma análise crítica e fidedigna acerca da realidade econômica e sócio-ambiental de todos os países encerra propostas que na verdade têm caído por terra quando esbarram na relação de mercado internacional, dos grandes monopólios e cartéis, na velha porém ativa história das multinacionais, tendo como agentes defensores e legitimadores os seus governos. A posição atual dos E.U.A. na negociações (o termo não poderia mesmo ser acordos unilaterais) para a elaboração de diretrizes e, digamos assim, do "regimento interno de uso da Terra", tem mostrado de fato o distanciamento entre o discurso e a prática, em função da defesa dos seus reais interesses e propósitos; principalmente na questão da poluição do ar por gases industriais nocivos, para cuja solução seria necessário remodelar também o parque industrial norte-americano (por sinal o maior poluidor industrial da atmosfera) espalhado também em vários países. Os E.U.A. não aceitam quaisquer mudanças que ponham em risco a sua maior reserva (ecológica: o seu "parque industrial", a lógica do seu "ecossistema financeiro", os lucros verdejantes em dólares.

Por outro lado, quando se discute a preservação, ou a conservação das florestas tropicais, bem como a gerência sobre estas, o governo brasileiro, através do Itamaraty, propõe a floresta como "habitat humano e repositório de recursos naturais", não permitindo também o monitoramento destas reservas por órgãos internacionais, nem desejando definição precisa do que viria a ser uma floresta. Defender a "soberania" sobre tais áreas significa antes de qualquer cunho ecológico, defender o uso econômico das florestas, dos "recursos naturais" que na verdade se compõem em "recursos financeiros". Quando se pensa no termo "recursos naturais" ele já não exprime até gramaticalmente, o que, onde e para quem?

Nas negociações entre países do Norte e do Sul acerca da questão ambiental, na realidade tramitam-se os caminhos futuros não meramente do meio ambiente mundial mas fundamentalmente o futuro das nações, o futuro dos países na relação produção - mercado, na manutenção da hegemonia dos países ricos e

seus intervencionismos através do capital sobre os países pobres.

A atuação do governo brasileiro face à questão ambiental, seja nas reuniões preparatórias da ECO 92 até a sua realização, seja anteriormente a este capítulo da história, sempre foi atrelada aos interesses, os objetivos e ações visando a perpetuação da estrutura do sistema econômico-financeiro da elite brasileira - diga-se a seleta burguesia industrial e financeira nacional conveniada (leia-se também conveniente e convenientemente) à burguesia multinacional, da filial à matriz. Seria utópico ou ingênuo interrogar se a espoliação do homem pelo homem e a apropriação indevida e desigual da natureza não faz parte do interesse do capital no Brasil. A questão é como o capital pode se beneficiar do modismo ou não de agir em prol da ecologia/meio ambiente.

Isto de fato já vem ocorrendo até mesmo nos meios políticos. Com a pressão quase que mundial sobre o Brasil por causa da devastação de suas florestas, da Amazônia, da Mata Atlântica, ou mesmo do ecossistema do Pantanal Matogrossense, chegando ao auge com o assassinato do seringueiro e sindicalista Chico Mendes, o governo brasileiro, então de José Sarney, se viu obrigado a inventar o Projeto Nossa Natureza para acalmar os ânimos mais exaltados dos ecologistas e da opinião pública internacional, principalmente a "privada". Nada se fez de concreto com este projeto a não ser arrumar um escudo para se defender da opinião pública internacional, para obscurecer a degradação sócio-ambiental com os discursos "fax-símile" da soberania nacional, e conseguir alguns apoios financeiros externos. A prática circense da política de aparências continua, com jet-skis, explosões de dinamites em pistas clandestinas nos garimpos, pá de cal em buracos para testes atômicos, criação da Secretaria Nacional do Meio Ambiente colocando José Lutzenberger na presidência do órgão para agradar os ecologistas e ambientalistas brasileiros e estrangeiros, servindo de "vitrine", escondendo por trás as peripécias e "jeitinhos brasileiros" da continuidade das mesmas relações estruturais anteriores - é tão somente a política da "institucionalização do conflito".

O movimento ambientalista brasileiro, em parte, saiu daquelas que eram tidos como hippies e hoje passa por um processo de maturidade por parte daquelas fundações e associações de renome e assim de maior estrutura (FUNATURA, SOS MATA ATLÂNTICA, FBCN e outras mais), surgindo até mesmo os "executivos ambientalistas".

Por outro lado, principalmente após o final do período de euforia da ECO 92, o futuro de algumas entidades ambientalistas estará a se fazer, talvez se caracterizando em grandes entidades que realizam pesquisas e trabalhos de intervenção ambiental realmente, e outras, sem querer desmerecer, de cunho mais ideológico-filosófico restritas às atividades de cunho efêmero na área de educação ambiental, tipo "comemoração da semana do meio ambiente". Obviamente que o trabalho da mídia provoca uma boa influência na opinião pública, induzindo-a em certos casos e em determinadas proporções a um engajamento às ações ambientalistas.

O caminho da questão ambiental e o da questão geopolítica se fundem quase que num só, mesmo porque, ao ser social, a política já é inerente. Entretanto os seus desvios são perigosos, causam efeitos colaterais na busca (por sinal não há receitas prontas) de um modo de ocupação e organização espacial mais adequada a uma qualidade de vida satisfatória, de um ideal equilíbrio do ecúmeno, da relação homem - meio. Por vezes, a própria política elaborada para se estabelecer relações sociais - ambientais mais justas e equilibradas é objeto, e pior ainda, é objetivo de desregularização.

Basta perguntarmos se os zoneamentos agroecológicos, os planos diretores, as cartas mágnas federal e estaduais estão sendo seguidas ou obedecidas.

A questão seria então que as florestas deveriam ser "inexíveis"? Não, não se trata de tal posicionamento ilusório ou cegamente "anti-progressista", mas é necessário se ter bem claro a essência do destino e do tipo de seu uso, pois sabemos que no modo capitalista de produção o espaço geográfico se transforma em mercadoria. Assim se torna necessário procurarmos a compreensão do conceito de progresso e para quem se destina.

A questão ambiental antes mesmo de se transformar numa questão geopolítica, perpassa a questão social, pois a problemática ambiental é uma expressão da problemática social. Sendo assim não se trata justamente na relação de ser sujeito ou objeto na produção do espaço?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- GOMES, Horieste. A questão ambiental: Idealismo e realismo ecológico. Geografia & Questão Ambiental, Terra Livre nº 3 33-54, AGB, 1988.
- NAÇÕES UNIDAS. Conferência Para o Planeta Terra. Maio 1991, New York, USA, 1991.